

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha da Manhã

Class.: 205

Data: 15 de agosto de 1987

Pg.: _____

Funai ameaça expulsar missões das reservas

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá, ameaçou ontem, em entrevista coletiva, retirar das áreas indígenas as missões estrangeiras que não estiverem agindo de acordo com "normas e padrões" a serem estabelecidos pelo governo brasileiro. A Funai está mantendo contato com o diretor geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, para ser informada do acompanhamento que está sendo feito pela Polícia Federal da série de reportagens que vem sendo publicada pelo jornal "O Estado de S. Paulo" sobre uma suposta ingerência na soberania nacional decorrente da atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

"Não vamos medir a boa intenção, vamos medir a consequência da atuação missionária", disse Romero Jucá. Segundo ele, mais de sessenta missões estão atuando junto aos índios brasileiros sem "qualquer acompanhamento". O presidente da Funai ressaltou que a preocupação com esta atuação não surgiu com as reportagens publicadas pelo "O Estado de S. Paulo". Há cerca de um mês, Jucá baixou uma portaria criando um grupo de trabalho para identificar normas à ação de missionários e "retirar as missões que não estão agindo bem".

Seu interesse, afirmou, é "resguardar as comunidades indígenas no Brasil". Com essa atitude, acrescentou, o Governo brasileiro "está tendo um ato de responsabilidade diante da Nação". Esta responsabilidade é fazer cessar a ação



Banco de Dados

Romero Jucá

das missões que estariam "afetando, prejudicando as nações indígenas do País". A Funai possui, disse ele, um "histórico de denúncias" contra as missões e outras sobre a existência de mão de obra escrava e tráfico de entorpecentes.

Quanto às denúncias do Cimi, de que as reportagens publicadas teriam como interesse defender a exploração de minérios em terras indígenas, Romero Jucá disse que "não cabe à Funai avaliar estas denúncias". Ele defendeu a ação

das empresas mineradoras "dentro de certos padrões" e obedecendo às normas de mineração. Segundo ele, não existem no momento empresas regulamentadas pela Funai para exploração de minérios nas áreas dos índios.

Jucá discorda da tese do Cimi, de garantia do caráter "pluriétnico" do País. Defender esta tese é, na sua opinião, defender a existência de outros países dentro do Brasil. "Isto preocupa o Governo brasileiro", afirmou. As terras indígenas devem ser efetivamente ocupadas, mas com a presença da Funai e a certeza de que o subsolo pertence à União.

Em nota divulgada ontem, a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) informou que responsabilizará penalmente o jornal "O Estado de S. Paulo" "pelas publicações continuadas de matéria difamatória e injuriosa". As reportagens defendem "a ambição das companhias mineradoras, decididas a remover qualquer salvaguarda legal à exploração dos minérios em áreas indígenas", diz a nota.

O jornal, segundo a CNBB, "está desrespeitando os princípios fundamentais da moral" ao assumir interesses das empresas de mineração para impedir que na nova Constituição sejam incluídas normas de proteção aos territórios indígenas. De acordo com a nota, "a virulência do ataque demonstra a intenção de causar impacto na opinião pública e confundir os constituintes nas vésperas da discussão e votação do substitutivo do deputado Bernardo Cabral".